

# Os socialistas de S. Paulo escolherão, a 17 de março um candidato de esquerda ao governo de S. Paulo

## FOLHA SOCIALISTA

Em sua reunião do dia 10 de fevereiro último, o Partido Socialista Brasileiro em São Paulo reafirmou a sua posição, já tomada em convenção regional, de não integrar qualquer esquema ou composição com forças políticas conservadoras e de batalhar pela unidade das esquerdas, em torno de uma candidatura que atenda aos reais interesses das classes trabalhadoras e ao mesmo tempo, tenha sentido nitidamente nacionalista e anti-imperialista. As atenções dos socialistas, nos debates havidos, fixaram-se em dois nomes: o do deputado federal Almino Álvares Afonso, do P.T.B., e o do deputado estadual Cid Franco, do P.S.B. Se não for possível realizar a coligação das esquerdas em torno do deputado Almino Afonso, líder da bancada do P.T.B. na Câmara Federal e homem já provado nas lutas populares e nacionalistas, os socialistas de São Paulo marcharão sozinhos, com a candidatura do socialista Cid Franco. Para resolver sobre a escolha dos candidatos a governador e vice-governador do Estado, bem como escolha de candidatos a deputados, foi designada a Convenção Regional, para os dias 17 e 18 de março próximo.

### Resoluções da IX Convenção Nacional do PSB

"F.S." continua neste número a publicação das Resoluções aprovadas pela IX Convenção Nacional "Osório Borda", realizada nos dias 23 e 26 de novembro de 1961, no Palácio Tiradentes, Estado da Guanabara. Publicamos agora as resoluções relativas às questões nacional e internacional. (Leia na pag. 3)

**CUBA SOCIALISTA, QUE OS REACIONÁRIOS PRETENDEM ISOLAR E CONDENAR NÃO ESTÁ SOZINHA NA AMÉRICA. COM ELA ESTÃO TODOS OS POVOS DA AMÉRICA LATINA QUE DESEJAM LIBERTAR-SE DA MISÉRIA E DA TUTELA DO IMPERIALISMO ESCRAVIZADOR. DEFENDAMOS A REVOLUÇÃO CUBANA, SIMBOLO DA DERROCADURA DA PODRIDÃO CONSERVADORA E DA SERVIDÃO COLONIAL NO SOLO AMERICANO.**

Editado pela Comissão Executiva Regional de São Paulo do PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO  
Redação: Pça. Carlos Gomes, 109 - Tels.: 33-9781 e 36-7825 - Diretor Responsável: Antonio Costa Corrêa - Cr\$ 5,00

ANO XIII FEVEREIRO DE 1962 NUMERO 113

## Momento Histórico na Luta Pela Emancipação Nacional

Volney Corrêa de Moraes Junior

Com a recente aprovação pela Câmara dos deputados do projeto que regulamenta as remessas de lucros para o estrangeiro, ingressou no movimento pela emancipação brasileira em uma de suas etapas mais decisivas, senão a mais decisiva e capital. Com efeito, será na campanha popular de cobertura à aprovação do projeto, a desenvolver-se em todos os quadrantes do território nacional, que as forças anti-imperialistas deverão superar a si próprias um esforço de mobilização total, visando infligir à máquina de espoliação das nossas riquezas a mais contundente derrota, de quantas já foram pensadas e heróicamente obtidas. Disso dependerá inclusive chegarmos ou não em breve tempo à conquista definitiva da Libertação econômica do Brasil.

Isto se evidenciava inequivocamente, quando se constatou que de largo tempo a esta data não há candidato político, que não se declare participante do ideário nacionalista, mesmo sem o ser, mesmo estando absolutamente distanciado, mesmo sendo ali um excoadjuvante. A despeito, contudo, de ser inequívoco que o povo brasileiro há muitos anos está farto de assistir no saque vergonhoso de nossas riquezas, à sangria depauperante de nossas divisas, muito pouco se tem providenciado na esfera decisória da nação, no sentido de pôr cêbo a tudo isso, quer porque os nossos líderes políticos são ineptos para enfrentar o poderio dos organismos capitalistas internacionais, quer, e principalmente, porque sendo eles próprios capitalistas — por situação pessoal, ou por vinculação, não importa — estão cumplicados com aqueles organismos.

Dessa forma, malgrado prevalecer na esmagadora maioria do povo a idéia de que os capitais estrangeiros não são úteis, são indispensáveis, são até, numa palavra, indesejáveis, não lhe foi concedido efetivar as suas aspirações no que se refere ao banimento dos "trusts" internacionais. Acentuado, é claro, como premissa, que esse banimento só poderá dar-se por integralmente acabado, quando a estrutura político-econômica do Brasil for outra, ou melhor, não for capitalista; mas mesmo dentro da atual conjuntura, algo poderia ser feito, não se traísse sempre a inclinação popular e não se malbaratassem sistematicamente as esperanças do povo.

No plano reformista, isto é, no plano das medidas que não atingem o próprio arcabouço econômico do regime, muita coisa se propôs, objetivando reprimir, ou ao menos conter em parte, a ação espoliadora dos capitais estrangeiros, como é o caso do ora momentâneo projeto, que disciplina as remessas de lucro para o exterior, aprovado na Câmara dos deputados e que vem provocando dos grupos reacionários, e paradoxalmente (enquanto depositário das confi-

Desde os seus primeiros instantes, figura o problema das investidas estrangeiras e seus efeitos na economia do país como tema dos mais palpitantes na pauta do movimento anti-imperialista, o que permitiu fosse a questão amplamente divulgada e debatida. Assim, pudemos já há muito tempo atingir um estado de esclarecimento popular tal, que só mesmo por um grosseiro erro de análise ou pela vontade deliberada de fazer ouvidos moucos à palavra das massas, puder-se chegar à conclusão de que o povo brasileiro não assumia uma posição de absoluta repulsa ao processo de exploração, a que vinha sendo submetido pelos capitais alienígenas.

1 — quanto aos equipamentos trazidos pelos capitais estrangeiros, é preciso revelar que isso não é feito graciosamente, pois temos de pagá-los sob forma de amortizações; ao cabo de certo tempo já pagamos o valor integral do equipamento, mas os amortizações continuam sendo pagas.

2 — o Brasil é que paga as investidas "estrangeiras" feitas aqui, como se verifica analisando os dados correspondentes ao quinquênio 1951-1955, segundo os quais nesse período as remessas de rendas sobram em 67 milhões de dólares, ao passo que as novas investidas foram apenas de 493 milhões de dólares;(1)

3 — quanto ainda às remessas de lucros, é mister assinalar que não seu mecanismo há, entre outras, uma fraude monstruosa consistente no fato de que muitas vezes nem todo o capital declarado nos órgãos oficiais entra efetivamente no país, possibilitando assim aos "trusts" enviarem para as suas matrizes um percentagem muito grande sobre capital, que concretamente, não investiram no Brasil;

outro aspecto é o concernente ao fato de que se produzem remessas de lucros auferidos com a aplicação de capitais formados no Brasil, isto é, formados em função de empréstimos obtidos em bancos públicos e privados que funcionam no país, ou ainda formados aqui em decorrência de financiamentos e empréstimos externos garantidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; como se vê, o capital não vem de fora, forma-se no Brasil com o aproveitamento de energias nossas, mas apesar disso o lucro é drenado para o exterior.

A segunda questão, que deve ser acentuada, refere-se ao fato de que em nenhuma outra parte do mundo o capital estrangeiro conta com tantos favores, e estímulos como no Brasil. Os próprios países, de onde provém o capital que nos explota, possuem severos dispositivos legais no que tange aos investimentos estrangeiros. É o caso dos Estados Unidos, por exemplo, onde o capital alienígena não tem livre acesso a nenhum ramo da economia, e onde os bancos estrangeiros não podem aceitar depósitos de nacionais, para mencionar apenas algumas restrições. O deputado nacionalista Sérgio Magalhães informa, em seu livro "Problemas do Desenvolvimento Econômico, que na Itália a taxa de remessa de lucros é de 65% em relação ao investimento, assim

mesmo dependendo a transferência do preenchimento de determinados requisitos. Do que foi demonstrado é de concluir-se, portanto, que o regime de liberalidade de com relação aos capitais estrangeiros é exclusividade nossa e dos países subdesenvolvidos, como nós.

Finalmente, é de uma importância deixar bem claro que a "santa fúria" desencadeada contra a aprovação do projeto Celso Brant não causa surpresa, e muito menos temor, aos espíritos avisados. Aliás, essa "santa fúria" não é mais que a exacerbção de um combate ininterrupto movido pelas forças reacionárias contra os projetos, que dizem respeito à solução dos problemas nacionais. Então não existiu sempre uma imprensa venal militando a favor dos "trusts" estrangeiros? Não existiu sempre essa imprensa muito bem nutrida pelo dólar americano, que obriga os brasileiros a pagar a qualquer preço os jornais e revistas que não operam esses patrocínios em sua maioria, mas o de uma camarilha dirigente, que ainda agora na recente greve dos jornalistas deu provas eloquentes de seu virulento reacionarismo? Então não existiram sempre os cavalos-de-aluguel, tipo Carlos Lacerda, incensáveis em sua repulente tarefa de advogar interesses, que ao Brasil não interessam? Então não existiram sempre os "economistas" de entreguismo, tipo Guin ou Bulhões, dia e noite deitando faloção científico na apologetica do capitalismo internacional? Claro, que existiram sempre o são conhecidos de sobra, por todos quantos querem conduzir o Brasil para caminhos inteiramente opostos aos que esses reitros preconizam. Por isso não nos intimidam e por isso vamos derrotá-los.

Cabe, como já afirmamos, à classe operária, a eterna vanguarda dos movimentos em favor da libertação nacional, unida aos estudantes e camponeses, a instrumentação dessa campanha. Com o proletariado à frente, é próprio dirigindo com o vigor que o caracteriza de sobra, por todos quantos querem conduzir o Brasil para caminhos inteiramente opostos aos que esses reitros preconizam. Por isso não nos intimidam e por isso vamos derrotá-los.

(1) — Caio Prado Jr. — Antologia Nacionalista — Edifício Fulgor.

# O PROBLEMA da estrutura de classes e da democracia de um sistema

ANTONIO COSTA CORREA

Começaram a surgir em nosso chamado "mundo ocidental" as organizações terroristas de direita. Sociedade John Birch e Klu Klux Klan nos Estados Unidos; Organização do Exército Secreto (OAS) na França, MAC e Sociedade dos Primadistas no Brasil. Seu objetivo é tentar paralisar, pelas ameaças terroristas, o avanço das esquerdas, amedrontando os elementos mais timoratos e vacilantes da população.

O fenômeno não é novo. Os movimentos terroristas existiram em toda a tomada do poder. No começo do século passado, na Europa, após a derrocada da aristocracia francesa com a revolução de 1789, também surgiram sociedades secretas para defender, pelo terror, os privilégios da nobreza contra a propagação de idéias espalhadas pela revolução francesa. Mas isso de nada adiantou. A nobreza, com suas privilégios de "direito divino" foi derrubada do poder em todo o mundo ocidental e substituída pela burguesia, que, então, era uma classe progressista, falava em "liberdade, igualdade e fraternidade" e representava um avanço histórico. Da mesma forma as classes capitalistas, condenadas historicamente, sentindo-se ameaçadas nas suas posições de poder, cuidam da organização de "sociedades secretas" de fins terroristas, para a defesa de seus privilégios.

Estas "sociedades" são uma espécie de força auxiliar ilegal de que os setores mais reacionários da burguesia lançam mão quando começam a temer pela "insuficiência" dos órgãos "legais" de defesa da estrutura capitalista da sociedade, a polícia civil, o exército, as forças armadas, as máquinas eletrônicas dos partidos conservadores. Não estando presas à "legalidade" da estrutura jurídica da sociedade, que a burguesia não deseja quebrar, senão em caso de necessidade, as organizações terroristas secretas de direita teriam mais "liberdade de ação" para neutralizar a ação das esquerdas.

Nesse sentido, o aparecimento das ações terroristas, representa sempre um sintoma de debilidade das classes dominantes, mais do que uma demonstração de força. Por isso mesmo é que em regra, tais ações terroristas surgem depois de alguma derrota, após a queda de algum elemento reacionário das classes dominantes, como consequência de uma espécie de estado de frustração destas. Nos Estados Unidos, o recrudescimento das ações terroristas de direita vem sendo como o expressão de um estado generalizado de frustração que domina as altas camadas da sociedade norte-americana, desde que falhou a invasão da Cuba, desde que falhou a invasão da Indonésia, desde que se viu impossibilitado de campear de pronto uma revolução socialista plantada junto às suas fronteiras geográficas e dentro da própria fronteira. No Brasil, as ações terroristas surgem, também, como consequência de uma espécie de frustração que domina os círculos mais reacionários da burocracia brasileira e do imperialismo ligado a tais círculos, desde que foi derrotada a tentativa golpista de 26 de agosto.

A derrota do golpe, decorrente da divisão revolucionária, não pôde ser alcançada e, assim, amedrontando as massas populares, ameaçando desencadear uma revolução transformadora da atual estrutura da sociedade brasileira, deixou profundas marcas de insegurança, de largos círculos das classes dominantes brasileiras. Daí o aparecimento das organizações terroristas de direita, como força auxiliar "ilegal", destinada a "suprir", na medida da possibilidade, a falta de ordem constitucional vigente impõe aos órgãos estatais, para repressão ao movimento operário e socialista.

Os grupos terroristas de direita, evidentemente, não dispõem de recursos e "facilidades" em todo o aparelhamento do Estado, já que eles contam com o apoio de setores poderosos das classes dominantes e com a ajuda de certos círculos dessas grupos também tem um forte lado negativo para as classes dominantes e do imperialismo. A violência das organizações de direita, portanto, não vem grande parte da população, como justificativa moral para a violência das esquerdas. A quebra da "estrutura legal" da democracia política e das garantias jurídicas individuais e coletivas das classes dominantes, pode abrir caminho para a derrocada de toda a estrutura do Estado baseado na propriedade privada dos meios de produção e nas máquinas eletrônicas das classes dominantes.

Não fosse a "legalidade" terrorista da ditadura de Batista e provavelmente não teriam surgido as condições para o triunfo da revolução socialista de Cuba.

A burguesia brasileira conhece perfeitamente esse lado negativo das ações terroristas. Por isso, a maioria das classes dominantes ainda não está convencida de sua necessidade e conveniência de tais

ações. Há uma certa tradição mercantilista da burguesia brasileira, que vem desde os tempos da colônia, atuando também no sentido de evitar as "ações violentas", preferindo-se uma fática de manobras, acomodação e contemporações, no estilo das "nomas" expostas do P.S.D. Mas também não lhes interessa repudiar e reprimir formalmente as ações terroristas, que de um momento para outro podem se tornar "convenientes" e "necessárias".

O aparecimento do MAC e das conspirações direitistas nas forças armadas, sob a liderança de Carlos Lacerda, Silvio Heck e outros elementos, é, pois, um sintoma de debilidade da burguesia brasileira, de domínio das classes capitalistas e do imperialismo. O atentado à UNE, à ARádio Farroupilha e à "Última Hora" assim como a campanha política terrorista feita pelo MAC contra a igreja de Cristo, são sintomas de deterioração de um sistema retrogrado que, para tentar sobreviver, terá de pôr de lado os princípios "legais" e "morais" da democracia política e do respeito à pessoa humana e entregar-se pelas aventuras e incertezas de um regime de direita, baseado no terror. Entretanto, a maioria das classes dominantes brasileiras ainda não está convencida de que a deterioração do sistema seja irreversível e que seja preciso usar dos métodos extremados do terror direitista para tentar salvá-lo.

Mas a estrutura decorrente essencialmente das contradições que se acentuam entre as necessidades de desenvolvimento nacional e a obsoleta estrutura econômica baseada na indústria privada, com o forte predomínio dos grupos capitalistas estrangeiros, vai executando a sua obra de polarização de classes, por cima das intenções das forças e dos grupos políticos. E o desenvolvimento da crise vai coincidindo, perante o povo brasileiro, de forma cada vez mais nítida, um dilema representado por estas duas únicas saídas possíveis: 1.º — Manutenção da "legalidade" democrática, isto é, o funcionamento de um sistema, eletivo regular, com respeito às liberdades populares e às garantias individuais. Isto implica na realização de reformas profundas, através do processo democrático, e a curto prazo, de uma possibilidade a superação da crise. E a execução de reformas profundas significa, em última análise, uma ruptura pacífica com a elite política atual, a saída das classes dominantes e do imperialismo, nos órgãos básicos do Estado — Executivo e Legislativo. 2.º — Seria uma espécie de revolução consentida, não realizável só mesmo por um milagre de clareza das elites econômicas e políticas atuais, que estão em jogo. 3.º — Quebra de toda a estrutura política, jurídica atual, por um golpe de direita ou uma revolução de esquerda. 4.º — Ruptura violenta da estrutura atual possibilitando uma "saída pacífica" para a criação, transformando a sociedade brasileira num campo militarizado e politizado, a direita dá uma "solução" a contento das classes dominantes e do imperialismo, à semelhança de Franco, de Salazar, de Trujillo, Perón, por exemplo, mas não por muito tempo.

Lacerda, Heck e outros conspiradores direitistas procuram convencer as classes dominantes brasileiras, de que o dilema já está armado, de forma definitiva, e que é preciso quebrar a estrutura atual, com um golpe de direita, para evitar a ascensão das esquerdas ao poder. E os atentados terroristas que eles procuram atribuir a grupos "comunista", como faziam os nazistas, antes da tomada do poder) são os argumentos "convencentes" que lançam mão.

Os meios de comunicação de massas, os artistas e intelectuais, e que o terrorista também servem para vencer o resto da população, proletariado, camponês, classe média, estudantes e intelectuais, e que o terrorista também servem para vencer o resto da população, proletariado, camponês, classe média, estudantes e intelectuais, e que o terrorista também servem para

vencer o resto da população, proletariado, camponês, classe média, estudantes e intelectuais, e que o terrorista também servem para vencer o resto da população, proletariado, camponês, classe média, estudantes e intelectuais, e que o terrorista também servem para

## Considerações em torno da greve geral de S. Paulo

MANUEL CARVALHEIRO

**AINDA A GREVE GERAL.**  
Praticamente já foram examinados todos os aspectos da recente Greve Geral por Abono de Natal. Foram comentados os diversos episódios e as diferentes atitudes e altitudes em face do movimento. Parecem, no entanto, não passar muito por cima da própria conceituação do que seja uma Greve Geral. Apesar de termos na História do movimen-

to operário de todo o Mundo inúmeros exemplos de greves semelhantes, greves essas que foram analisadas pelos mais destacados teóricos do movimento socialista e operário, verificamos, com pesar, que a maioria das lições não foram aprendidas. Até mesmo a experiência do movimento operário brasileiro é suficiente para permitir uma melhor condução de um movimento como esse.

As greves deflagradas no país nos últimos anos têm um dos dois aspectos ou são simplesmente sindicais ou são greves políticas. As greves sindicais são as deflagradas pela corporação de uma só empresa, de toda uma categoria de uma cidade, de um Estado ou mesmo de todo o país. Este tipo de greve — greve comummente chamada de "econômica" — tem como objetivo aumento de salário, cumprimento da Legislação Trabalhista, protesto contra o atraso de pagamento, e outros motivos do mesmo tipo. Este tipo de greve é "permissível por lei"; o Governo não interfere violentamente, fazendo-o apenas através de mesas redondas nas Delegacias de Trabalho, e deixando a Justiça do Trabalho decidir o caso entre os patrões e os trabalhadores em desacordo. Nestas greves o Governo — Presidente e Governador — fica "acima das classes", a menos que a categoria envolvida seja classificada como "indispensável à segurança nacional" — ou quando os grevistas ameaçarem o "princípio da autoridade" não aceitando a decisão do Tribunal. Aí a repressão política faz-se sentir prontamente. Greves sindicais foram as 980 que ocorreram em 1961 no Estado de S. Paulo. Nestes movimentos alijados dos políticos, líderes dos patrões ou seus agentes, dão no uso de "pau" e "caco" de sapato. Algumas vezes até Vice-governadores aparecem para ajudar nos piquetes, bapizes, deltam entrevistas nas Delegacias de Trabalho, e não passam a ser fruto da Justiça. Já os nacionalistas têm oportunidade de analisar a aplicação das encíclicas papais, os patrões agradecem a complicitade e o patriotismo dos trabalhadores. Estes grupos são mais do que uma defesa dos trabalhadores contra o contínuo assalto que os patrões fazem contra eles, através do aumento constante da carga de vida e do congelamento de salários durante anos, até um ano. Procura-se, nestes casos, ainda aumentar a participação dos trabalhadores na divisão da riqueza nacional. Esta luta por um fim, pois, não é o mesmo instante que consegue um reajustamento de salários a classe operária começa a devolver esse aumento aos patrões através dos aumentos de preços e impostos. Assim, a greve política tem interesse em reajustar os salários nos níveis reais para que não se fraquebre o processo de industrialização, de desenvolvimento das indústrias e do próprio país, e as vezes para que os trabalhadores possam participar do mercado. Estes movimentos contam com a cobertura da totalidade dos jornais — das revistas e do rádio e televisão.

Nestes casos falamos mais em reparar melhor ou mais justamente o produto do trabalho e a riqueza nacional. Nunca foi possível efetuar a repartição "justa" porque o que se tenta é alterar o modo de produção tornando-o concorrenciais. Voltamos a insistir: esta é uma luta defensiva dos trabalhadores, serve apenas como treino individual e coletivo às grandes batalhas.

Já o outro tipo de greve são as greves políticas — são lutas nas quais a classe operária se propõe a tarefa de derrubar alguns dos privilégios da classe dominante.

**GREVE POLITICA**  
Greves políticas são as greves contra a carestia, pelo respeito ao resultado das eleições — caso Janeiro — e também contra o aumento ou mesmo uma greve por uma reivindicação econômica em casos especiais. A recente greve está incluída no último grupo: foi uma greve política por um reajustamento econômico. O simples fato de ter-

mos uma greve geral — de todas as categorias — já se transforma em greve política. É indispensável que se aprenda esta lição: greve geral é greve política pois toda a classe trabalhadora se opõe a toda a classe patronal. Nestas condições, coloca-se o problema de quem manda no país ou no Estado, quem tem mais influência e quem está mais forte politicamente: patrões ou trabalhadores.

Além disso, nestas greves, a classe trabalhadora pode ir além das reivindicações iniciais: pode ir até a insurreição e ligando o movimento a outras condições, pode mudar a correlação real das forças que detêm o poder no país.

Acrescente-se, no presente caso, que a greve será patrocinada pelo Congresso no sentido da aprovação de uma lei — Lei de Abono ou de 13.0 mês, lei 440/59 — que estava retida por interesse de todos os patrões, com assento tanto na Câmara quanto no Senado, e temos perfeitamente caracterizada uma greve nitidamente política: greve pelos seus objetivos — exigência sobre o Congresso — quer por ser Geral.

**CONDIÇÕES PARA UMA GREVE VITORIOSA**  
Para que uma greve política (Geral) seja vitoriosa, é necessário que se tenha uma liderança política e que esta liderança seja capaz de conduzir a greve. O divórcio entre a direção sindical da recente greve e a liderança política dos Partidos de esquerda — socialistas, comunistas e esquerdas — tornou impossível qualquer negociação com os patrões e seu Governo. Procurou-se compor às pressas uma direção que procurasse o Ministro do Trabalho para iniciar um diálogo que não deu qualquer resultado. Vendo a desorientação do comando de greve os patrões se recusaram — quer diretamente quer através do Governo — a qualquer contacto, pois tinham medo de que a greve seria sufocada e não tinha liderança capaz de conduzi-la, em face de medidas mais violentas.

Assim o comando sindical da greve foi praticamente detido no primeiro dia de greve. Foi então composto um outro comando já menos representativo e, o que é pior, constituído de elementos que não tinham condições de manter paradas as grandes firmas. Num greve deste tipo não se pode contar na ação de piquetes. Já nas outras oportunidades — Greves gerais contra a carestia, contra o aumento de transportes, pelo respeito ao salário — não se pode contar nestas greves a ação da polícia é violenta, o que impede a ação de piquetes. Acreditamos que alguns setores tinham condição de parar, sem recorrer a piquetes, se não a totalidade pelo menos a grande maioria da categoria; é o caso do setor metalúrgico — nas grandes firmas —, é o caso do setor gráfico — nas grandes firmas —, é o caso do setor do papel — que realmente parou quase totalmente —, é o caso de inúmeros outros setores, onde o nível de politização atingiu altos níveis durante as últimas lutas sindicais. Entretanto, esta paralisação sem ação de piquetes não foi a ação da polícia: foi a concepção errada de que a direção da greve tinha sobre o movimento que estava dirigindo. Se a direção tivesse atuado em todos os aspectos políticos da greve, teria concluído que a repressão seria violenta e teria preparado a paralisação de outra forma. Mas como não pôde preparar em cada caso, se vai haver repressão violenta se uma simples greve sindical pode se transformar em política? Temos dois casos: o da greve geral, que é política e será sempre reprimida

violentamente; o de greves sindicais que, dadas as condições do momento, podem ser encerradas pelos patrões e seu governo, como capazes de desencadear um movimento perigoso para o regime capitalista. Nos dois casos, mas especialmente no segundo, é indispensável ter-se uma direção sindical ligada. Intimamente a liderança política dos Partidos de esquerda. Apenas essa ligação pode dar uma possibilidade de análise geral das condições econômicas e políticas que vão determinar a reação patronal. Quanto à ação dos piquetes, o ideal seria que não fosse necessária. Devia-se organizar cada corporação para paralisar o trabalho sem ser necessário piquetes.

Essa organização de empresa — corpo de delegados, conselho ou o que for — deve estar realmente ligada intimamente com o Sindicato. Assim, esse tipo de greve não deve ser apenas um movimento reivindicatório comum, mas também nas greves gerais.

**DIREÇÃO POLITICA PARA UMA GREVE POLITICA**  
Outro aspecto importante é aquele de colocar-se claramente o problema de uma greve política. Muitos líderes — especialmente os reformistas e os agentes patronais — procuram levar a cabo a greve sem se dar conta de que os trabalhadores não devem meter-se em política, os sindicatos devem retirar-se de todo e qualquer movimento político, não devem ter caráter político. Isso ficou patente na última greve: alguns grupos sindicais ficaram de fora da luta por ser uma luta política. Algumas categorias ficaram de fora por já terem abando a luta. Se ou por não acordo direto com os patrões; faltou a essas categorias uma direção revolucionária e uma liderança efetiva para conduzir uma greve de solidariedade e para que os setores de esquerda tenham em alguns setores se tornasse uma obrigação de todos os patrões. Na realidade, uns e outros ficaram na mesma posição objetiva, não importando os motivos subjetivos que levaram a isso.

Resta a cada categoria, dirigida por elementos reformistas e patronais, aprender esta e outras lições, para julgar sua direção sindical também pelo que acontece no nível de cada categoria. Os líderes procuram esconder o caráter político de determinados movimentos reivindicatórios: este é o maior erro que se comete contra a habilitação dos trabalhadores para lutas mais altas. Se os aumentos salariais já não satisfizessem ninguém, é preciso urgentemente colocar com toda a clareza que só a conquista do ano inteiro ou parte dele, não pode resolver os problemas de carestia, inflação, remessa de lucros e outros. Não se pode mais dizer, no fim das Assembleias salariais, "os trabalhadores não têm nada a fazer, não se pode mais fazer nada".

Essa forma é ou o nosso povo trabalhador está passando da defesa à ofensiva; de conquistas efêmeras que logo são absorvidas pela inflação a conquistas duradouras e reais; de mudança de modo justo de repartir a riqueza sem massas para a defesa de uma mudança do modo de produzir.

Essa forma é ou o nosso povo trabalhador está passando da defesa à ofensiva; de conquistas efêmeras que logo são absorvidas pela inflação a conquistas duradouras e reais; de mudança de modo justo de repartir a riqueza sem massas para a defesa de uma mudança do modo de produzir.

Essa forma é ou o nosso povo trabalhador está passando da defesa à ofensiva; de conquistas efêmeras que logo são absorvidas pela inflação a conquistas duradouras e reais; de mudança de modo justo de repartir a riqueza sem massas para a defesa de uma mudança do modo de produzir.

# ALUTA DOS CAMPONESES

PAUL SINGER

As lutas camponesas, no Brasil, sofreram nos últimos anos uma transformação qualitativa cujas consequências para o nosso desenvolvimento histórico são ainda difíceis de aquilatar. Até há pouco tempo, a revolta do camponês brasileiro contra as espantosas condições de miséria em que é obrigado a viver se manifestava sob forma de "fugas". Ou é fugia para dentro de si mesmo, para um mundo além do mundo real, encontrando consolo num misticismo primitivo que do nascimento à figura clássica do "beato" ou é fugia efetivamente do meio rural, procurando na cidade melhores condições de vida. Ambas as fugas revelaram-se válvulas de escape valiosas para proporcionar estabilidade ao sistema de exploração do trabalho agrícola que está na raiz da miséria do camponês. Hoje a revolta do camponês não se encaminha mais para, ou além, nem o encaminha mais para cidade. Hoje o camponês não quer mais fugir da miséria perdendo os vínculos com a terra, mas pelo contrário, reforçando estes vínculos, isto é, tornando-se proprietário da terra que cultiva. A questão da propriedade da terra se colocou, afinal, no centro da questão agrícola.

A luta do camponês pela propriedade da terra assume formas agudas em certos lugares, existindo porém, em forma latente onde quer que tenha sobrevivido o latifúndio colonial. Examinemos inicialmente a primeira forma.

O censo de 1940 foi o primeiro a assinalar a existência desta figura muito significativa de nossa es-

trutura agrícola: o ocupante, isto é, o possessor, o homem que ocupa, que se apossa de um pedaço de terra do qual não possui título de propriedade. O censo de 1940 registrava 109.000 possesores; em 1950, foram recensados 205.000, embora seja provável que o seu número seja até maior. Isto porque o possessor é realmente o pioneiro do nosso mundo agrícola. É ele que estende a "fronteira" agrícola por esse Brasil afora, ocupando terras devolutas ou ainda não exploradas pelos seus proprietários "legítimos". Por isso, não é de se esperar que o reconhecimento tenha alcançado a totalidade e tal vez nem mesmo a maioria dos possesores existentes.

O possessor ocupa geralmente uma área que não tem acesso ao

mercado, pois se não fosse assim já estaria sendo explorada. Desta maneira, o que ele planta e cria é para o seu próprio consumo e para o de sua família. Constitui a chamada economia natural. Vive pobremente, utilizando-se de poucos artigos manufaturados, fabricando parte deles diretamente e parie comprando, em idas esporádicas ao mercado onde, de vez em quando, vende uma peça de criação ou de cultura, para comprar algo de que necessita. Seus contatos com o mercado são aleatórios e não condicionam sua atividade econômica. Subitamente ele é alcançado pelo "progresso" que se irradia a partir da cidade. O governo controla uma estrada e o coloca em comunicação com o mercado. Agora ele pode se inserir na grande divisão social do

trabalho, vender seus produtos e com o dinheiro adquirir bens industriais em maior quantidade e de melhor qualidade, em comparação com o que obtinha de sua própria indústria doméstica.

Mas, o que parecia ser uma benção para o possessor acaba se revelando uma maldição para ele. Porque agora a sua terra pode proporcionar renda. No regime capitalista, a propriedade particular da terra, isto é, de um meio de produção não reproduzível, que não pode ser multiplicado à vontade, constitui um verdadeiro monopólio privado, uma forma de monopólio, isto é, à renda da terra. Que mesmo num país de tanta terra como é o Brasil, não é nada desprezível, muito pelo contrário. A renda da terra chega a absorver mais da metade do produto bruto da terra, em algumas regiões do país. Isto acontece porque somente as terras que estão enquadradas na economia de mercado proporcionam renda e estas constituem uma parcela pequena das terras do país.

No momento em que a terra do possessor se liga ao mercado e pode dar renda, ela passa a ter um preço. Pois o preço da terra é nada mais que a renda capitalizada a uma taxa próxima à taxa de juros. E então vem à cena o "grileiro", cuja aparição marca a passagem do possessor da economia natural para a economia de mercado. Segundo a legislação, a terra devoluta pertence aos Estados, que dentro de certas normas, podem vendê-la a quem o governador desejar. O Governador recompensa com títulos de propriedade favores políticos ou outros e então vai o grileiro penteando a terra para ver se pode a posse da terras que outros já cultivam há anos, muitas vezes há gerações. Ou então, o grileiro simplesmente forja os títulos, suborno o cartório ou o juiz. De qualquer modo, a terra devoluta do Estado (embora não deixo de recorrer a capangas também) para expulsar de suas terras o possessor "beneficiado" pela abertura de estradas. (Um possessor de Juquiá, quando a terra não lhe era o caso de dinamitarem, ele e seus companheiros de infortúnio, a estrada, causa imediata da perda de suas posses).

O grilo não é coisa nova no Brasil. Nova é a resistência organizada, capaz de repercutir politicamente, que o possessor opõe, hoje em dia, ao grilo. Esta resistência só se pode explicar pelo nível mais elevado que as lutas populares alcançaram no Brasil, pelo maior grau de organização do proletariado urbano, que tem sob o seu comando oferecendo aos possesores cobertura política, assistência jurídica, e auxílio material. Especificamente a luta dos possesores do grilo, que chega à resistência armada muitas vezes, só pode se explicar pelo maior nível de consciência e organização do conjunto das massas camponesas, cujas causas mais profundas examinaremos adiante.

Em 1955 os possesores de Amaro Leite, em Goiás, formaram uma Associação, sob cuja direção lutaram contra os grileiros. Enfrentaram, de armas na mão, polícias e capangas e foram vitoriosos, conservando suas terras. Hoje há na região cerca de 100 possesores, 2.000 dos quais organizados em Associação de Lavradores. Este exemplo mostra que hoje já há condições para o possessor resistir no despojamento de sua terra, desde que ele consiga atingir determinado grau de unidade de ação.

Mais recentemente em Cachoeiras de Macacu, no Estado do Rio, Associação, sob cuja direção lutaram prencaram alguns grileiros e organizaram um julgamento popular no qual participaram todos os membros das famílias de possesores. Os grileiros foram soltos sem serem tentados a abandonar os tratamentos, mas indubitavelmente desmoralizados. Este episódio demonstra elevada consciência política dos possesores, que até o momento resistem em suas terras.

(Continua)

## Resoluções da IX Convenção Nacional do PSB

### SITUAÇÃO NACIONAL

Nesta IX Convenção Nacional, denominada "Convenção Osório Borba", em homenagem ao querido companheiro e grande lutador, o Partido Socialista Brasileiro reafirma a sua convicção de que a crise brasileira não terá solução dentro da atual estrutura econômica e política do país. Daí por que está certo da necessidade imperiosa e inadiável da realização de reformas estruturais que modifiquem profundamente a vida da Nação. Tais reformas não poderão ser realizadas enquanto controlarem o Poder os conhecidos grupos econômicos ligados ao latifúndio e ao imperialismo, notadamente ao imperialismo norte-americano.

O Partido Socialista Brasileiro, proclamando que "todo o Poder emana do Povo", nega, por isso mesmo, legitimidade às manobras das cúpulas partidárias que, e ao mesmo tempo, a realização de reformas estruturais que modifiquem profundamente a vida da Nação. Tais reformas não poderão ser realizadas enquanto controlarem o Poder os conhecidos grupos econômicos ligados ao latifúndio e ao imperialismo, notadamente ao imperialismo norte-americano.

O Partido Socialista Brasileiro, proclamando que "todo o Poder emana do Povo", nega, por isso mesmo, legitimidade às manobras das cúpulas partidárias que, e ao mesmo tempo, a realização de reformas estruturais que modifiquem profundamente a vida da Nação. Tais reformas não poderão ser realizadas enquanto controlarem o Poder os conhecidos grupos econômicos ligados ao latifúndio e ao imperialismo, notadamente ao imperialismo norte-americano.

O Partido Socialista Brasileiro, proclamando que "todo o Poder emana do Povo", nega, por isso mesmo, legitimidade às manobras das cúpulas partidárias que, e ao mesmo tempo, a realização de reformas estruturais que modifiquem profundamente a vida da Nação. Tais reformas não poderão ser realizadas enquanto controlarem o Poder os conhecidos grupos econômicos ligados ao latifúndio e ao imperialismo, notadamente ao imperialismo norte-americano.

O Partido Socialista Brasileiro reitera que somente um governo orlundo da maioria da Nação, isto é, das massas trabalhadoras, sem quaisquer ligações com os interesses do latifúndio e do imperialismo poderá superar a presente crise, pelo cumprimento das seguintes medidas:

- a) - Monopólio governamental do câmbio e do comércio exterior, para a luta eficaz contra os mercados dominantes e a conquista de novas áreas para a colocação dos nossos produtos.
- b) - disciplina dos capitais estrangeiros já investidos e redução de novos investimentos a empréstimos de entidades públicas, livre de imposições políticas, sem desprezar ainda a necessidade de controle do coeficiente de endividamento progressivo do País.
- c) - planificação dos investimentos; nacionalização do sistema bancário, das empresas de seguro, dos serviços públicos, dos meios de transporte e das fontes de energia.
- d) - reforma agrícola que elimine de vez o latifúndio, integrando a agricultura na economia nacional em desenvolvimento e eleve o nível de vida do trabalhador rural.
- e) - controle dos preços pelo governo; intervenção estatal no abastecimento das cidades e nacionalização ou municipalização das empresas de que depende diretamente o bem-estar do Povo.
- f) - criação de desenvolvimento regional e elevação das medidas que conduzam à industrialização do Nordeste, da Amazônia e de outras regiões sub-desenvolvidas do País.
- g) - melhor distribuição da renda nacional, mediante uma política fiscal baseada em forte taxação do imposto sobre a renda, associada à política salarial que vise à justa remuneração de todos aqueles que vivem de salários e vencimentos.

### POLÍTICA EXTERNA

Os socialistas consideram a luta pelo socialismo, como uma luta contra o sistema capitalista de exploração de umas nações pelas outras, da luta pela paz e pelo entendimento pacífico entre os povos.

Consideram que, com o enorme poder destrutivo do armamento moderno, acentuouse, entre os povos a consciência da necessidade da eliminação da guerra, como alternativa para a possível destruição da humanidade.

Consideram, por isso mesmo, imperiosa a mobilização dos partidos socialistas e operários de todo o mundo, na atual conjuntura, em que mais agudamente se coloca o problema da eliminação da guerra, que está estreitamente ligado à eliminação do imperialismo.

Consideram os socialistas que no atual panorama internacional a divisão do mundo em dois blocos de potências antagonistas tende a agravar a tensão internacional e o risco de guerra. Nesse sentido, são contra os blocos de potências. Reconhecem, como elemento mais po-

sitivo, tendente a eliminar o risco de guerra, a ação dos países neutralistas, liderados pela Índia e pela Iugoslávia, nações nas quais atuam poderosas forças socialistas e democráticas. Devem os socialistas brasileiros, portanto, manifestar-se favoravelmente a um neutralismo ativo do Brasil, integrando-se na ação das nações neutralistas, contra a formação de blocos pela solução pacífica dos conflitos internacionais.

Consideram os socialistas que a importância da ONU, como órgão de arbitragem, de formulação de regras de Direito Internacional e de solução pacífica dos conflitos internacionais, acentua-se cada vez mais. Mas, para que esse organismo possa exercer plenamente essa função de paz e libertação do homem, torna-se necessário que desapareça o sistema de divisão do mundo em dois blocos de potências antagonistas, cada qual procurando pressionar aquele organismo internacional em favor de seus objetivos, e que no interior de cada país se criem condições favoráveis a livre manifestação dos desejos de paz e de liberdade nacional, o que está ligado à superação do sistema capitalista e do imperialismo. Deve a ONU, portanto, ser prestigiada naquilo que tem de positivo e perspicuamente de formação de um autêntico organismo internacional representativo de todos os povos. Como primeiro passo para o exercício da função pacifista da ONU, deve-se lutar pela admissão de todos os países nesse organismo, em especial da China Continental.

Consideram os socialistas a luta contra o colonialismo ponto essencial. É o colonialismo a forma mais retrógrada do domínio imperialista. A libertação nacional dos povos subjugados pelo domínio colonialista é insuperável na luta contra o capitalismo e o imperialismo, em escala internacional. A auto-determinação, o direito ao livre desenvolvimento de cada povo, segundo suas tradições nacionais, culturais e suas peculiaridades geográficas e históricas, é um direito fundamental e uma das liberdades humanas essenciais, que deve constituir ponto programático básico da luta socialista.

O estreitamento das relações entre os partidos socialistas e operários de todo o mundo em nível de América, a conjugação de esforços comuns, na luta pela defesa da revolução cubana, contra o domínio do imperialismo na América Latina e as oligarquias retrógradas ligadas ao domínio imperialista, também são pontos básicos de uma política internacional a ser defendida pelos socialistas brasileiros.

Reunido o Partido Socialista Brasileiro, nesta Convenção Nacional denominada "Osório Borba" - homenagem aos princípios que nortearam a luta desse bravo companheiro - tendo em vista a situação internacional e em face a essas conclusões aprova os seguintes pontos:

- 1) - Política neutralista positiva, consubstanciada em uma ação conjunta das nações neutralistas, contrariamente à formação de blocos de potências e a divisão do mundo em esferas de influência econômica e militar.
- 2) - Apoio ao desarmamento geral e à interdição das armas atômicas. Contra os pactos regionais tipo Nato, Seato e Varsóvia. Pela extinção da "guerra fria" e pelo restabelecimento de relações entre todos os países e entendimento entre as grandes potências industriais, com o objetivo de aplicarem os recursos ora destinados a armamento e manutenção de grandes exércitos, no desenvolvimento das regiões do globo afetadas pela miséria e pela fome.
- 3) - Extinção total do colonialismo. Respeito à auto-determinação dos povos e ao princípio de não-intervenção. Apoio à luta dos povos da Argélia e de Angola pela conquista de sua soberania nacional. Por uma política energética da ONU no Congo, no sentido de eliminar a ação dos imperialistas belgas e norte-americanos, que procuram impedir a completa emancipação nacional daquele país.
- 4) - Fortalecimento da ONU, como instrumento de solução pacífica de conflitos entre nações e admissão de todas as nações nesse organismo, em particular da China Continental.
- 5) - Estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais do Brasil com todos os países e em especial com a China Continental.
- 6) - Luta pela solidariedade internacional dos trabalhadores e pelo restabelecimento da unidade sindical e operária mundial. Intercâmbio entre os partidos socialistas e operários de todo o mundo e em particular na América.
- 7) - Apoio à revolução cubana pelo seu sentido socialista e de liberdade nacional. Mobilização das forças operárias, camponesas, estudantis e intelectuais socialistas e democráticas da América contra o imperialismo e as oligarquias retrógradas dos países americanos, que procuram intervir em Cuba. Intercâmbio entre todas as forças socialistas e democráticas da América Latina, visando a libertação dos povos do Continente do Jogo do imperialismo e das oligarquias nacionais ligadas ao domínio imperialista.
- 8) - Desmilitarização das forças militares a que está ligado o Brasil.
- 9) - Mobilização de todas as forças socialistas e democráticas da América Latina contra as ditaduras fascistas de Espanha e Portugal.
- 10) - O PSB declara que não aceita que o Tratado do Rio de Janeiro, de 1947, e o de Caracas, de 1954, se transformem em instrumentos de agressão, para que se não repita o crime da invasão da Guatemala, pois que isso equivaleria a comprometer a própria existência da Organização dos Estados Americanos.

# Facínoras salazaristas agrilem deputado socialista

## Veemente repúdio da opinião pública contra a agressão ao deputado Cid Franco

No dia 5 do corrente mês de janeiro, pela manhã, quando o deputado Cid Franco, líder da bancada do Partido Socialista Brasileiro, na Assembleia Legislativa do Estado, deixava sua residência, guiado seu veículo "Chevrolet" pelo carro delido por um grupo de indivíduos, que a ele se dirigiram. De nada suspeitando, nosso companheiro deteve o veículo e imediatamente foi agredido com extrema violência. O atentado foi praticado em plena luz do dia, na rua Maestro Cardim, lugar de bastante movimento, circunstância que por si só mostra a audácia dos agressores e a confiança em que estavam de sua impunidade. Felizmente para o nosso companheiro, os agressores acovardaram-se quando ocorreu ao local um filho de Cid Franco, que, do porão da casa, percebeu o que ocorria. Telegram os agressores em um automóvel que ficara estacionado no local, deixando nosso companheiro seriamente contundido e acometido de comção cerebral, pelos golpes recebidos na cabeça. Não fosse a intervenção de seu filho, que também chegou a ser agredido, e possivelmente, os facínoras teriam trucidado o bravo parlamentar socialista.

O atentado logo alcançou grande repercussão. Numerosas organizações políticas, sindicais, estudantis e de intelectuais manifestaram-se prontamente, repudiando a covarde e traçoira agressão sofrida pelo parlamentar socialista. Este recebeu manifestação de solidariedade não só do Estado de São Paulo mas de outros Estados onde o fato foi noticiado, circunstância que bem evidencia o clima de admiração, respeito e amizade que cerca o parlamentar socialista, fruto das qualidades de luta idealista, da coerência, talento e firmeza, na luta pelos princípios programáticos do socialismo e pelas reivindicações dos trabalhadores e do povo, demonstrados por Cid Franco.

Embora, até o momento em que escrevemos esta nota, não tenha a polícia paulista emitido suas conclusões sobre a identidade dos agressores, eles já estão fortemente localizados. Não foi difícil ao Partido Socialista Brasileiro de onde partira a agressão. O automóvel que conduziu os agressores logo fora identificado, parque o filho do nosso companheiro pudera anotar-lhe o número da chapa. Localizado o proprietário do automóvel, logo se apurou que este estava sendo utilizado, no dia do atentado, pelo sr. Nereu de Azevedo. Este, ouvido na Polícia, negou

qualquer participação no atentado, alegando encontrar-se no Interior do Estado, no dia 5 de dezembro.

Negou, também, qualquer ligação com a deputada Conceição Costa Neves, suspeita de mandante da agressão, alegando conhecer a referida deputada apenas "de nome". Entretanto, a investigação feita por elementos do P.S.B. logo evidenciou a mentira das declarações de Nuno d'Almeida. Verificou-se que este indivíduo é diretor, juntamente com Rodrigo Leal Rodrigues, português (tido como um dos chefes da "PIDE" salazarista em São Paulo) e que mantém, notoriamente, relações íntimas com a deputada Conceição da Costa Neves, de uma firma, "Geopagos", Engenharia e Comércio S/A, onde a mesma Conceição aparece como acionista. Nuno d'Almeida, Rodrigo Leal Rodrigues e Conceição Costa Neves estiveram presentes, juntos, em assembleias de acionistas desta firma e de outras de que fazem parte. Apurou-se, também, que essas firmas trabalham diretamente com portugueses salazaristas, tendo sido, provavelmente, recrutados entre estes elementos os agressores do deputado socialista.

Está, portanto, identificada a procedência da agressão ao nosso companheiro: elementos salazaristas, ligados à deputada Conceição Costa Neves. Esta, um dos elementos mais reacionários da política paulista e expressão nítida do aventureirismo pátrio que vem se aplainando nos partidos representativos das classes dominantes brasileiras, vem se salientando como uma das figuras de proa do salazarismo no Brasil. Suas ligações com o português Rodrigo Leal Rodrigues, aventureiro apontado por muitos portugueses como um dos chefes da "PIDE" em São Paulo, são fato do conhecimento público.

Restá saber se a polícia de São Paulo vai agir contra os facínoras salazaristas. Sabemos que Da Conceição é mulher de bastante influência na Assembleia Legislativa e no Governo do Estado. Por outro lado, o governo do sr. Carvalho Pinto, que não esconde suas simpatias por Carlos Lacerda, outrora chefe do salazarismo no Brasil, não terá grande interesse em apurar todos os fatos e providenciar sobre a punição dos facínoras.

Mas o povo de São Paulo sabe dar a vida esta gente que vive da podridão de uma política conservadora decadente, a resposta devida, no tempo oportuno, pois novas eleições estão se aproximando e vão encontrar um povo bem mais esclarecido do que há quatro anos.

### COMUNICADO DO P.S.B.

A Comissão Executiva do PSB divulgou, no dia 6-1-62 o seguinte comunicado:

"Capangas a mando de elementos reacionários e salazaristas agrediram hoje, com facínoras características, o deputado Cid Franco, líder da bancada de nosso partido na Assembleia Legislativa estadual, e denodado combatente das idéias do socialismo. O deputado encontra-se acamado, em um hospital, enquanto os capangas, puderam dar-se à fuga, depois de praticado o ato ignominioso, certos de contar com a proteção poderosa dos que os mandaram praticar a agressão.

Contra esse comportamento de brutalidade fascista, a Comissão Executiva do Partido Socialista Brasileiro, ergue seu mais veemente protesto e manifesta, ao mesmo tempo a sua mais irrestrita solidariedade ao parlamentar e companheiro, vítima de sua incondicional dedicação às causas populares. Cid Franco, lutador incansável, desde a Juventude, pelas causas que interessam aos camponeses, ao povo em geral, várias vezes preso durante a ditadura, ainda hoje na vanguarda da luta socialista e reconhecido em todo o Estado e em todo o país, como símbolo da honestidade e dignidade atípal sobre sua pessoa o ódio dos inimigos do povo e das liberdades públicas.

O C. E. do P.S.B. aproveita o ensejo para denunciar a todo o povo, que essa covarde agressão é mais um fato, na longa série dos que estão ocorrendo em várias partes do País, como o espelramento de jornais, o encarceramento sumário de operários e camponeses que lutam por seus direitos, tudo configurando uma mobilização de grupos reacionários que pretendem combater a violência e as liberdades públicas, sob o olhar complacente das autoridades policiais e governamentais. A esses grupos aliam-se, como no caso presente, elementos salazaristas, que agem no Brasil impunemente, como o aval de figuras da política reacionária nacional.

A Comissão Executiva do Partido Socialista Brasileiro exige que as responsabilidades individuais da agressão contra o deputado Cid Franco sejam apuradas até as suas mais remotas origens, para que se possa indicar ao povo aqueles que estão tramando a instauração de um regime de terror no Brasil.

O C. E. do Partido Socialista Brasileiro, São Paulo.

O P.S.B. recebeu a seguinte carta:

"Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Executiva do Partido Socialista Brasileiro

A Unidade Democrática Portuguesa acaba de tomar conhecimento da inqualificável e covarde agressão de que foi vítima o Ilustre Líder do Partido Socialista Brasileiro na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Deputado Cid Franco.

### PORTUGUESES ANTI-SALAZARISTAS

Por deliberação unânime, resolveu a Comissão Executiva da UDP manifestar junto da Assembleia Legislativa de São Paulo, do Partido Socialista Brasileiro e da União Brasileira de Escritores a sua mais veemente indignação e reiterar ao Ilustre Deputado, nobre e acérrimo paladino das Liberdades Democráticas e por isso mesmo alvo dos verugãos fascistas que não respeitam fronteiras, os protestos de completa e incondicional solidariedade.

A Unidade Democrática Portuguesa apresenta a Vossa Excelência os seus respeitosos cumprimentos

Pela Comissão Executiva,  
Antônio Rica Gonçalves".

O deputado Eduardo Barnabé leu na Assembleia Legislativa, a seguinte declaração:

"A bancada do Partido Socialista Brasileiro na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, pelos seus integrantes abaixo assinados, vem de público manifestar a sua repulsa e a sua indignação face ao brutal e covarde atentado de que foi vítima o seu líder, deputado Cid Franco, já mencionado através do noticiário dos jornais as circunstâncias de que se revestiu essa revoltante agressão levada a efeito bem no estilo dos fascistas. Não faremos este patulo em virtude de uma analogia fortuita. Somente os que não tenham olhos para ver não enxergarão no episódio odiosa represália de forças totalitárias que não perdoam ao deputado Cid Franco sua coragem e indomável atuação parlamentar contra os liberticídios de todos os estafos, sua constância vigilância contra os que dia a dia conspiram em nosso país contra o regime democrático.

E não trépudamos, mesmo, em vincular a agressão promovida contra a pessoa de Cid Franco ao ambiente de intolerância e de história que, de tempos em tempos, se instalam no Brasil, como adoção de métodos de guerra que tentam ressuscitar a violência terrorista agora em fase mais virulenta e odiosa. É recente o assalto a mão armada à sede da UNE, no Blo de Janeiro. A Rádio Farroupilha, de Porto Alegre igualmente já foi visada por um grupo de terroristas. Em Belo Horizonte, o jornal "Domínio" foi visado por dorcedores que lhe desmantelaram as instalações. A simples enumeração destes fatos basta para caracterizar um momento da vida política brasileira em que os empederados de nossos dias, coroados com vários setores tentam reconquistar o terreno através de métodos que já pareciam abolidos desde que se reconstituíram o país. A esta série de atentados naturais em se leriam que teve a assento a pessoa do nosso ilustre companheiro Cid Franco.

Alertamos, pois, o povo para esta alarmante situação, e aproveitamos a oportunidade para mais uma vez manifestar ao deputado Cid Franco a nossa solidariedade em fase do selvagem agravo que o atingiu. Dirigimo-nos ao mesmo tempo, ao governador do Estado, sr. Carvalho Pinto e ao sr. Secretário da Segurança, a fim de encarecer-lhes a imperiosa necessidade de levar até as suas últimas consequências o inquérito policial instaurado sobre a agressão, com o consequente processo e encarceramento de todos os seus implicados. Sala das Sessões, 6 de janeiro de 1962. (aa) Eduardo Barnabé — Henriques de Leon — Fernando Méthero de Faria Cardoso.

### MANIFESTO AO POVO

Jornalistas e gráficos de "Última Hora" indignados com a traçoira emboscada perpetrada pelo colega Cid Franco não podem deixar de vir a público situar sua posição em face do episódio. Em primeiro lugar decidem exibir das autoridades policiais que esclareçam, desde que estes os responsáveis pelo atentado, autores materiais e intelectuais, e os denunciem à justiça para que respondam pelo crime cometido. De outra parte, firmarem sua convicção de não permitir que se venha a Assembleia Legislativa se transforme em valha-custo de sicários, no caso de se confirmar a presunção robustecida pelos indícios, de que tal partiu a empreitada criminoso, promovida por aqueles que desonram o regime representativo. Quanto ao colega de profissão agredido traçoiramente, a nossa irrestrita solidariedade. Trabalhadores inter-

sistência ética dum Cid Franco, precise ser defendida como um Spartacus, de tridente em punho. E' nessa convicção que o ditado de se manifestar e de assumir, implacavelmente, atitudes definidas não pode nem em nenhum instante, sob nenhum pretexto, conduzir o cidadão à exposição da própria integridade física. E' um reflexo à selvageria, contra o que, de maneira veemente, se posiam os jornalistas abaixo assinados, bem como os gráficos de "Última Hora".

(Sequem-se 76 assinaturas).

### COMENTÁRIO DE "ÚLTIMA HORA"

Traçoiramente agredido, Cid Franco recebe o carinho e a solidariedade de todos os brasileiros, que demonstra, assim claramente, que a um homem como Cid Franco as agressões brutais apenas o engrandecem aos nossos olhos. A um homem do tamanho de Cid, não há bota suficientemente grande, não há tacho suficientemente alto que o esmague. Porque, o que vibra nele é a dignidade. E, esta, não há punho boga que a consiga atingir. Um homem como Cid, fica. E botas, essas, roem nas

### L. M. EM

### "O ESTADO DE S. PAULO"

"É possível, é mesmo muito admissível, discordar-se de certas atitudes do deputado Cid Franco; mas o que ninguém poderá negar, de boa fé, é a integridade, a transparência, a perfeita lealdade com que, em tantos anos de exercício do mandato parlamentar, tem invariavelmente cumprido essa delegação do povo, fiel aos princípios do seu Partido e às suas próprias idéias sociais e políticas. Na Assembleia Legislativa, foi sempre um elemento moralizador, atento, vigilante e infatigável. Ninguém sabe de um convívio escuso em que se tenha comprometido, por amiguismo inconfessável ou interesse subalterno. Vive modestamente, numa pobreza honrada e digníssima. Tem portanto, absoluta autoridade moral para denunciar escândalos, para profligar abusos, para condenar as inconcebíveis negociações lio comuns nos bastidores da política.

É uma voz incomoda para muita gente, reconheça-se. E, por estar sempre na lica, desassombado e incorruptível, tornou-se um nome "marcado" para certos verdilhões do Templo (é força de expressão: a Assembleia Legislativa não é um templo, ou bem o seria; mas deveria sê-lo, da Lei, da Justiça e do Povo), que conspurcam o voto popular e comprometem o sistema representativo em nossa terra.

A estúpida, a brutal agressão que acaba de sofrer Cid Franco — de quem me orgulho de ser amigo, há muitos anos — escandalizou-me, penalizou-me e revoltou-me; mas não me espantou. Esses desforços boçais da brutalidade e

da cafajestada ainda pertencem aos nossos hábitos políticos, estão arraigados na mentalidade primitiva de certos homens (e mulheres) públicos, cuja influência política é mais fruto da força bruta de seus capangas, do que de um efetivo prestígio eleitoral. Agem pelo medo e pela chantagem; mas a última palavra é a intimidação, o mais convincente argumento o soco, a rasteira, o pontapé.

Quer, teria sido o mandante (ou mandantes) da brutal agressão? Há duas versões — a ambas me parecem plausíveis. A Polícia está na obrigação de apurar rigorosamente tudo, a fim de apontar à execração pública os autores intelectuais de tão vergonhoso atentado. São Paulo espera punições exemplar para os culpados. Outras manifestações de solidariedade.

Numerosas foram as manifestações de solidariedade recebidas pelo deputado socialista Cid Franco, que, por falta de espaço, deixamos de reproduzir. Em todas, elas se manifesta o veemente repúdio da opinião pública mais esclarecida contra a violência praticada contra o grande lutador das causas populares que tem sido o líder da bancada do P.S.B. na Assembleia Legislativa do Estado.

Entre outras, podemos referir as seguintes mensagens, manifestos e telegramas endereçados ao nosso companheiro e à direção estadual do Partido Socialista Brasileiro: Comissão Executiva Nacional do P.S.B.; Diretores de diversos Estados e do Interior do Estado de São Paulo, do P.S.B.; União Brasileira de Escritores; Jornalistas e Gráficos de "O Estado de São Paulo", etc.



O deputado Cid Franco, quando era medicado na Assistência